



Patrimônio intangível¹

Aline Cristina Mendes²
Universidade Anhembi Morumbi

Resumo

Estudo reflexivo sobre os conceitos de patrimônio material e imaterial, porém em conjunto com a possibilidade de poder avançar na conservação e registros de expressões religiosas, danças, comidas, festas, medicina popular entre outros. Foi realizada uma pesquisa piloto com sessenta pessoas, visando pontuar qual brasileiro(a) mereceria receber o título de tesouro humano vivo. O objetivo central deste estudo diz respeito que somente uma postura ideal e valorativa poderá criar uma conscientização à importância do patrimônio intangível.

Palavras-Chave: Patrimônio Material; Patrimônio Intangível; Tesouros Humanos Vivos

Patrimônio Material e Cultural

Os monumentos atuam sobre a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado, preservando uma identidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar. Os monumentos são universais e comuns a todas as sociedades. O monumento histórico é sempre vinculado a um objeto, colocando o bem em perspectiva histórica ou artística. Eles se vinculam a um saber e a uma sensibilidade que se enraízam no presente e olham para o passado, sendo assim, testemunhos do saber humano ou de uma história.

“Preservar a memória de fatos, pessoas ou idéias, por meio de construtos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas (SANT’ANNA, 2003, p. 46)”.

Para Monnet o patrimônio encarna a ilusão e a sua proteção o reveste de caráter sagrado e consensual, ocorrendo uma criação de um passado ideal. As técnicas de restauração e conservação e a ideologia do patrimônio são universais, sendo que os resultados de suas

¹ Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com o Desenvolvimento, a Cultura e o Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Bacharel em Hotelaria pela Universidade São Marcos e Mestranda em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi.

aplicações em diversas cidades do mundo são similares. Do ponto de vista jurídico “patrimônio” é uma noção que define todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc, portanto, pode ter um sentido destacadamente privado ou público. Gonçalves comenta que o patrimônio se insere em algumas divisões como a economia, cultura e natureza.

Choay comenta que apenas no século XIX, devido a discursos sanitaristas, o Estado busca uma modernização das cidades antigas criando um inventário minucioso dos monumentos ameaçados. Em 1850 a noção de patrimônio histórico urbano foi compreendida e colocada em prática nos projetos de conservação. “A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, preciosos para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida (2001, p. 191)”.

Pellegrini explica que a revitalização de bens arquitetônicos eleva a qualidade de vida de seus usuários, sendo assim, os bairros e prédios desconfortáveis e insalubres ficam renovados e mais seguros. Podemos extrair disso que o processo de tombamento não visa sacralizar ou paralisar os edifícios e cidades, mas sim, torna-los objetos de coleção exibidos em museus ou servir para eventos culturais, tornando-se parte do quadro econômico-financeiro local, regional e nacional.

Pellegrini expõe que a conservação e restauração de artefatos com valor histórico artístico é um tema bastante comentado em muitos países. "Acervos arquitetônicos, templos, castelos, fortalezas, conjuntos residenciais de varias épocas e diferentes estilos [...] levou professores e autoridades do Velho Continente, a partir de fins do século XIX, a debates sobre conservação/restauração/proteção/intervenção/reconstrução/revitalização de imóveis com valor extraordinário (PELLEGRINI, 2000, pág. 91/2)".

No século XIX os países europeus organizaram estruturas governamentais e privadas voltadas para a seleção, a salvaguarda e a conservação dos seus patrimônios nacionais. Em 1830 a França implantou a Inspeção dos Monumentos Históricos que trabalhava com recenseamentos e inventários, porém sem a garantia da preservação. Somente em 1913, com a Lei de 31 de dezembro a maioria dos países europeus adotou a prática de proteção ao patrimônio que impedia a alteração, mutilação ou destruição do monumento.

O conceito de patrimônio cultural nasceu na França no início da década de 80, redefinindo os conceitos de folclore, cultura popular e cultura tradicional. Segundo Prats o

patrimônio cultural é polissêmico, ou seja, tem vários sentidos. Também é importante sublinhar como o patrimônio cultural deixou de ser unicamente “histórico-artístico”, entendido como algo herdado do passado que merece ser conservado, para pensar que o passado é interpretado a partir do presente e de acordo com critérios de seleção e valorização determinantes em cada época.

Patrimônio cultural não inclui apenas a herança cultural, mas também os bens atuais, visíveis e invisíveis. Canclini argüi que o patrimônio cultural dos setores populares tem dificuldades em se generalizar para toda a sociedade e ser amplamente reconhecido mesmo quando alcança alto grau de criatividade e valor estético. Existe uma identidade compartilhada, pois o patrimônio valoriza e promove elementos integradores da nacionalidade – base do nacionalismo político; realidades locais são convertidas em atrações político-culturais, em símbolos de uma identidade nacional em que se diluem as particularidades e os conflitos.

Quando falamos em patrimônio cultural, estamos nos referindo direta ou indiretamente ao passado, o qual a exemplo do que ocorre com a tradição, é sempre construído a partir do presente. O termo “patrimônio” [grifo do autor] – em inglês *heritage* – refere-se a algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido (OLIVEN, 2003, p. 77).

Pellegrini define patrimônio cultural como algo muito mais amplo, incluindo produtos do sentir, do pensar e do agir humano, como, inscrições de povos pré-históricos, sítios arqueológicos, esculturas, pinturas, textos escritos, variadas peças de valor etnológico, arquivos e coleções bibliográficas, desenhos de sentido artístico ou científico, peças significativas para o estudo da ergologia de um povo ou de uma época etc.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) define Patrimônio Cultural em nível internacional como:

- Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Conjuntos: grupos de construções, ilhadas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade e integração na paisagem lhes dê um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Lugares: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza assim como zonas incluindo sítios arqueológicos que tenham um valor universal

excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Patrimônio Intangível

Nos últimos anos ganhou visibilidade uma nova qualificação de patrimônio: o patrimônio imaterial ou intangível, visando aspectos da vida social e cultural não contemplados pelas concepções mais tradicionais de patrimônio.

A Unesco entende que o patrimônio cultural imaterial ou intangível, transmitido de geração a geração, é recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio, da sua interação com a natureza e sua história, garantindo a preservação da diversidade cultural. Sendo assim, as tradições e expressões orais, as artes do espetáculo, as práticas sociais, lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas e a dimensão cultural também são consideradas patrimônio.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande velha cidade. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivo, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente decorrentes da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural (LEMOS. In: PELLEGRINI. 2000, pág. 95).

Somente após a Segunda Guerra Mundial os processos e práticas culturais começaram a ser vistas como bens patrimoniais. Essa percepção surgiu de uma reflexão dos países asiáticos e do Terceiro Mundo, cujo patrimônio é constituído de criações populares anônimas, sendo expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais e um relacionamento com o meio ambiente. O importante nestes países é o conhecimento necessário para reproduzi-las, sendo mais importante preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente.

“De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento, preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam (SANT’ANNA, 2003, p. 49)”.

Em 1972 o mundo ocidental começou a considerar importante preservar as práticas culturais após reunião na Convenção do Patrimônio Mundial. A Conferência Geral da

Unesco, em 1989, aprovou a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, recomendando aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução do seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais.

Patrimônio está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2003, p. 22).

Segundo Gonçalves existem os patrimônios que dão ênfase nos aspectos ideais e valorativos de formas como lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária e técnicas que são conhecidas como patrimônio imaterial ou patrimônio intangível. Porém essas formas de patrimônio não podem ser conservadas ou restauradas, pois não são tocáveis, por isso a proposta é de registrar essas práticas e representações e de fazer acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações.

A Unesco define o patrimônio cultural imaterial ou intangível como o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber fazer” dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.

No Brasil, em 1930, Mário de Andrade fez a primeira tentativa para a preservação da cultura brasileira, elaborando para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional uns registros de aspectos imateriais de patrimônios culturais, porém o conceito revolucionário e visionário de patrimônio não vingou naquela época. Aloísio Magalhães também registrou manifestações culturais para o Centro Nacional de Referência Cultural e a Fundação Nacional Pró-Memória, porém não foram propostos instrumentos de preservação. Somente com o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000 que os patrimônios imateriais começaram a ser registrados.

Sant'Anna explica que o objetivo do registro é de manter a memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo. A diferença na preservação de um monumento histórico ao de um intangível é o fato do primeiro ser necessário uma intervenção, restauração e conservação e o segundo somente um registro e documentação. Para manterem-se atualizados os registros serão refeitos no mínimo a cada dez anos.

Como método, o INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), prevê três níveis de abordagem para o processo de registro dos bens:

- 1) São realizadas pesquisas em fontes secundárias e em documentos oficiais, entrevistas com a população e contatos com instituições, proporcionando um mapeamento dos bens;
- 2) São aplicados formulários do inventário que descrevem e tipificam os bens selecionados, mapeiam as relações entre os itens identificados, identificam-se os aspectos básicos dos processos de configuração da manifestação, seus executantes, mestres, aprendizes e público e suas condições materiais de produção;
- 3) Por fim é feita uma documentação por meio de um registro audiovisual.

O registro corresponde a um trabalho técnico, detalhado e após os passos citados acima é inserido em um dos Livros criados pelo Decreto 3.551/2000. São quatro livros:

- 1) Livro de Registro dos Saberes – para o registro de conhecimentos e modos de fazer;
- 2) Livro das Celebrações – para as festas, os rituais e os folguedos;
- 3) Livro das Formas de Expressão – para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- 4) Livro dos Lugares – destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Segundo Oliven, o patrimônio cultural imaterial precisa ser preservado, pois corre o risco de ser destruído, assim precisa passar por um processo de “congelamento”. Existem agentes, membros do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artística Nacional), chamados de Guardiões do Patrimônio, que detêm o poder legítimo de definir o que faz parte do patrimônio e definem o que é digno de ser preservado. Os patrimônios artísticos e históricos incluem igrejas, casas, estátuas e quadros. Os bens imateriais só têm sentido se significarem uma prática regular que necessita ser elaborado de um ponto de vista conceitual.

Oliven critica as decisões para os registros de bens imateriais:



Como, entretanto, tratar daqueles bens que são imateriais e que constituem o que é hoje chamado de patrimônio intangível? Como tratar aqueles que se consideram bens imateriais? Desejamos que um ritual, uma vez registrado, nunca mais se modifique? Um prato típico definido pode ser alterado? Os falares populares são passíveis de modificação (OLIVEN, 2003, p. 79)?

Pellegrini expõe que a proteção a manifestações folclóricas pode provocar o perigo de cristalizar artificialmente essas manifestações, roubando-lhes o valor funcional anterior e esvaziando-os de seus significados. Porém, como o Patrimônio Intangível é uma expressão viva da sociedade, seja um indivíduo ou grupo, sempre haverá mudanças nas manifestações, sendo quase impossível cristalizá-las.

Gonçalves analisa a Festa do Divino Espírito Santo como um exemplo de patrimônio intangível. A Festa do Divino Espírito Santo é uma das festas mais recorrentes em todos os calendários turísticos. Sua realização, contudo, parece adquirir maior relevância em regiões de colonização mais recente, como é o caso do Centro-Oeste brasileiro onde ela é a mais constante nos calendários das cidades. Pouco se sabe sobre sua origem como evento no Brasil a não ser que ela veio com os portugueses no período colonial, quando era efusivamente comemorada. Segundo vários autores ela foi sofrendo transformações paulatinas, “decaindo” na preferência popular por alguns anos, devido, talvez, ao empobrecimento das regiões onde se solidificaram como forma de culto ao Espírito Santo, pois elas parecem ter tido início, no Brasil, nas áreas de mineração do ouro, como Minas Gerais e Goiás. A respeito dos primeiros tempos da Festa do Divino no Brasil e as formas pelas quais teria sido levada à região central, existem poucas e imprecisas informações, tanto nos vários autores que dela trataram como também segundo alguns moradores desta região. Acredita-se que o costume veio de Portugal, trazido pelos missionários jesuítas e primeiros colonos. E dizem que a festa estava já difundida em todo país antes de chegar à região central.

A festa do Divino Espírito Santo realiza-se no Domingo de Pentecostes, festa móvel católica, que acontece sempre cinquenta dias depois da Páscoa, em comemoração à vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. Ela se realiza em inúmeras localidades do país. Se nas demais regiões temos outras festas aglutinadoras da população (como o Carnaval no sudeste, as festas juninas no norte e nordeste, as FESTS no sul), a festa do Divino Espírito Santo cumpre este papel no Brasil central, embora não seja oficialmente reconhecido como santo padroeiro da maioria das cidades em que acontece.

As pessoas recorrem ao Divino em busca dos mesmos milagres esperados dos santos da igreja católica fazendo, inclusive, promessas. Ele não tem atributos específicos, ou seja, não tem um dom específico de cura ou proteção, como é o caso de São Brás que protege a garganta, ou Santo Antônio, que protege os namorados. Por esta razão, ao Divino tudo se pede, embora ele perca em quantidade de promessas e votos para São Benedito. Finalmente, o Divino Espírito Santo não tem culto institucionalizado por parte de algum segmento social, seja classe, profissão ou etnia. A crença no Espírito Santo explica a festa. Ela é compreendida como um modo próprio da cidade expressar sua crença, promovendo uma situação de múltiplos rituais de louvor e homenagem ao Espírito Santo.

Como acontece nas grandes festas, apesar de o momento central acontecer num único dia, no caso o Domingo de Pentecostes (chamado por todos de “Domingo do Divino”), ela começa bem antes, não apenas no espírito dos participantes, como também nos preparativos e escolhas que devem ser feitos. No período que antecede a festa, os momentos centrais são o do sorteios dos “encargos do Divino” e a “Coroação do Imperador”.

A Festa do Divino coloca dentro de sistema de ações de trocas e serviços, pessoas socialmente diferenciadas em posições também diversas e muitas vezes interdependentes. Pode-se mesmo dizer que é sobre estas trocas simbólicas de modos de participação que se constitui, na prática, a Festa do Divino. Ela instaura uma transformação não apenas na vida da sociedade local como também na vida pessoal dos participantes.

Ou como Gonçalves explica, a Festa do Divino Espírito Santo envolve arquitetura, culinária, música, religião, rituais, técnicas, estética, regras jurídicas e moralidade.

Tesouros Humanos Vivos

Movido pelo temor da perda de referências importantes com relação a uma espécie de acervo cultural do planeta, o conselho executivo da Unesco definiu como ação prioritária um programa de valorização dos mestres em diferentes ofícios, por todo o globo terrestre. Esse programa foi intitulado “Tesouros Humanos Vivos” [grifo do autor]. Seguindo a recomendação da Unesco, alguns países vêm implementando tal projeto, reconhecendo oficialmente o valor dos “mestres” [grifo do autor] e assegurando-lhes condições para a transmissão, às novas gerações, do “saber-fazer” [grifo do autor] que mudaram ao longo do tempo (ABREU, 2003, p. 81).

Abreu expõe as definições e decisões tomadas pela Unesco para determinar os Tesouros Humanos Vivos, além de citar alguns exemplos da França. A idéia de Tesouros Humanos Vivos surgiu das experiências de países orientais, principalmente o Japão. Pode ser

um indivíduo ou um grupo quando o que é importante é o coletivo e é um sistema de bens culturais vivos. A concepção de preservação e de construção do patrimônio cultural é valorizado o “saber-fazer”, os procedimentos, as técnicas, as formas de organização do trabalho e da produção.

Em setembro de 1995 a Coréia contava com um total de 92 expressões importantes do patrimônio cultural imaterial, congregando 167 pessoas e 50 organizações. Em 1994 nas Filipinas três pessoas de comunidades culturais autóctones diferentes receberam o título, porém desde 1973 vinham concedendo honras e privilégios aos artistas nacionais. Na Tailândia, em 1993, oito artistas, da poesia, do design, da música e do teatro receberam o título. Recentemente na Romênia um programa regional foi colocado em andamento para valorizar as tradições locais das artes dos artistas populares excepcionais. E na França, em 1994, foram concedidos o prêmio à quase vinte pessoas.

Segundo Abreu os mestres da arte são pessoas que encarnam as competências e técnicas necessárias para o andamento de certos aspectos da vida cultural e para a perenidade de seu patrimônio cultural material. Eles se aliam à tradição e inovação e são artesãos de arte reconhecidos pela excelência e raridade de suas competências e que esteja capacitado a transmitir sua técnica a um aluno escolhido, na busca de perenização do seu ofício.

Na França cada mestre recebe uma dotação de 100 mil francos para a formação de um aluno escolhido e os ateliês em que os mestres trabalham poderiam ser considerados como laboratórios do futuro.

A autora pesquisou cinco franceses que receberam o título de Tesouros Humanos Vivos:

- a. Jacques Gencel – mestre chapeleiro, além de confeccionar chapéus para a vida cotidiana, o atelier dedica-se a preparar chapéus para o teatro, o cinema, a ópera e outras modalidades de espetáculo;
- b. Jacques Beaujoin – mestre alfaiate e costureiro de costumes para o teatro e a confecção de costumes para a vida cotidiana de homens e mulheres, tudo que faz é a mão, à antiga e sob medida; Beaujoin diz, “Eu digo sempre que não fui eu que escolhi este ofício, mas que foi este ofício que me escolheu. Creio que isto resume tudo, este não é um ofício como os outros”. (IN: ABREU, 2003, p. 94)

- c. Pierre Lalier – artesão da arte de imprimir estampas e gravuras seguindo um método artesanal desenvolvido a partir do século XV;
- d. Michel Petit – criador e restaurador de vitrais, principalmente de grandes catedrais, segue a tradição de vidraceiros medievais;
- e. Henri Desgrippes – restaurador de móveis antigos.

De um lado, os mestres da arte são herdeiros de antigas tradições culturais; de outro, são criadores de novas técnicas e de novas obras de arte. Mas, sobretudo, os mestres da arte são lugares de memória, elementos de ligação entre o passado e o futuro. Há de se registrar o mérito desse programa, bem como o do “Tesouros Humanos Vivos”, como políticas voltadas para a salvaguarda da diversidade cultural do planeta (ABREU, 2003, p. 94).

Para Abreu os mestres da arte sabem mobilizar seus conhecimentos para inovar, preservam e transmitem para formar jovens profissionais. A educação ficaria incompleta se as crianças não tivessem acesso a dimensão do chamado trabalho manual, “que mobiliza a um só tempo a inteligência e a imaginação, o cérebro e a mão, a sensibilidade à matéria, ao volume às cores e o rigor matemático (Abreu, 2003, p. 87)”.

Conclusão

A importância de registrar e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais é reconhecida mundialmente. Porém a cultura de um povo não se constitui apenas por aspectos físicos, por exemplo monumentos e igrejas. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. Essas tradições e folclore são conhecidas como patrimônio cultural imaterial.

O debate sobre a conservação do patrimônio imaterial mostra que os processos de produção cultural são tão importantes como o patrimônio material, pois este se torna uma categoria social quase vazia quando é extirpada de seus valores culturais imateriais.

Os aspectos imateriais da cultura são decisivos para a manutenção da identidade dos povos frente às rápidas mudanças impostas pelo mundo

Como o tombamento pode ser considerado um processo inadequado para a preservação de práticas culturais intangíveis e dinâmicas, necessita-se de instrumentos de identificação, valorização e apoio que favoreçam a sua permanência. cremos que o melhor método a adotar para a preservação de práticas intangíveis seria de registrar através de

filmagens, entrevistas com participantes e no caso dos Tesouros Humanos Vivos passar o ensinamento a um pupilo para que a prática e execução não sejam perdidas. Acreditamos também que não seja necessário “congelar” as práticas, como exposto acima, pois os patrimônios intangíveis são vivos, criados e vivenciados por indivíduos e grupos.

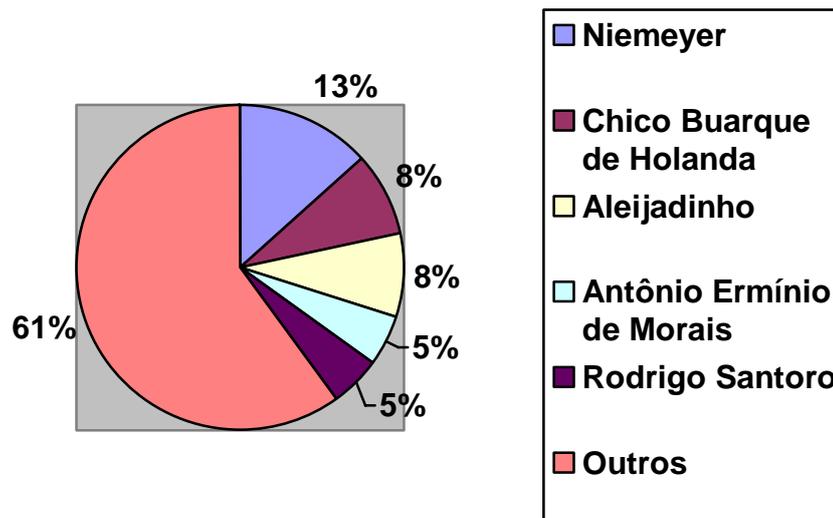
Além das gravações, registros e arquivos, a UNESCO considera que uma das formas mais eficazes de preservar o patrimônio intangível é garantir que os portadores desse patrimônio possam continuar o produzindo e transmitindo. Assim, a Organização desenvolve o programa de Tesouros Humanos Vivos, que estimula os países a criarem um sistema permanente de identificação de pessoas (artistas, artesãos etc.) que encarnam, no grau máximo, as habilidades e técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a manutenção de seu patrimônio cultural material.

Foi realizada uma pesquisa piloto com sessenta pessoas, entre vinte e quarenta anos; tendo como objetivo determinar qual brasileiro deveria receber o título de “Tesouro Humano Vivo”. Foi perguntado: Qual brasileiro(a) merece receber o título de "Tesouro Humano Vivo"?

NOME	# DE VOTOS	NOME	# DE VOTOS
Carlos Drummond de Andrade	1	Ariano Suassuno	2
Villa Lobos	1	Rodrigo Santoro	3
Niemeyer	8	Chico Buarque de Holanda	5
Antônio Ermínio de Moraes	3	Iyves Gandra	1
Constantino Junior	1	Drauzio Varela	1
Roberto Carlos	1	Pai Aír	1
Tom Jobim	2	Irmã Dulce	1
Santos Dummont	1	Pelé	1
Otávio Frias	1	Leonardo Boff	1
Ayrton Senna	1	Padre Julio Lanceloti	2
Fernando Henrique Cardoso	2	Gisele Bündchen	1
Paulo Autran	2	Aleijadinho	5



Chico Xavier	1	Guimarães Rosa	2
Arnaldo Jabor	1	Paulo Coelho	1
Getúlio Vargas	2	Elias	1
Fernanda Montenegro	1	Betinho	1
César Lattes	1	Doutores da Alegria	1



Podemos notar a dificuldade dos entrevistados em eleger um representante brasileiro para receber o título de "Tesouro Humano Vivo". As respostas variam entre arquitetos, músicos, pintores, médicos, presidentes e até artistas de cinema e modelos. Provavelmente a dificuldade encontrada possa ser devido à falta de conhecimento do tema de Patrimônio Intangível e o desconhecimento de indivíduos e grupos com um saber extraordinário, como por exemplo, as rendeiras do Ceara. Para que a pesquisa tivesse obtido resultados melhores, possivelmente, a pesquisadora pudesse ter especificado categorias, como arquitetura, musica, trabalhos manuais, medicina popular para auxiliar os entrevistados com suas respostas.

Bibliografia

ABREU, Regina e Mário Chagas. *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*. DP&A. Rio de Janeiro: RJ, 2003.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Los Usos Sociales Del Patrimônio Cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. *Patrimônio Etnológico*. Nuevas Perspectivas de Estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade. Unesp, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como Categoria do Pensamento. In: Abreu, Regina e Mário Chagas. *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. DP&A. Rio de Janeiro: RJ, 2003.

Festa do Divino Espírito Santo. www.festadodivino.org.br. Acesso junho 2007.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, Cultura e Turismo*. Papirus Editora. Campinas: SP, 2000, 5ª edição. Introdução e Parte II Patrimônio Cultural.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias*. Universidade Federal do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais), Rio de Janeiro, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “Usos Culturais” da Cultura. Contribuição para uma Abordagem Crítica das Práticas e Políticas Culturais. In: YAZIGI, Eduardo e outros. *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MONNET, Jérôme. O Álibi do Patrimônio. Crise da Cidade, Gestão Urbana e Nostalgia do Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 1999.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio Intangível: Considerações Iniciais. In: Abreu, Regina e Mário Chagas. *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. DP&A. Rio de Janeiro: RJ, 2003.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimônio Cultural. *Política y Sociedad*. Madrid. 27, 1998. www.antropologiasocial.org em 04/02/2003.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil no Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 28, 1999.

SANT’ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização. In: Abreu, Regina e Mário Chagas. *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. DP&A. Rio de Janeiro: RJ, 2003.